

Tombamento de Petrópolis é atualizado após portaria publicada

Enquanto isso, Brasília discute projeto de lei que propõe dar fim ao Iphan

Por Gabriel Rattes

Uma portaria publicada pelo Diário Oficial da União atualizou o processo de tombamento de áreas históricas de Petrópolis, reforçando a proteção do patrimônio cultural local. Ao mesmo tempo, um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional propõe a extinção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão responsável por esse tipo de reconhecimento no país. A coincidência dos dois movimentos — um de reforço e outro de possível mudança estrutural — levanta questionamentos sobre o futuro da preservação histórica no Brasil e principalmente em Petrópolis — um dos principais marcos do Patrimônio Cultural Brasileiro.

A nova norma, publicada pelo Ministério da Cultura, homologa a retificação (correção formal) do processo de tombamento “Avenida Koeler: Conjunto Urbano-Paisagístico”, que agora passa a ser denominado: Conjunto Urbano-Paisagístico e Unidades Fabris de Petrópolis — RJ. Na prática, a medida atualiza tecnicamente o processo, corrige a denominação oficial do conjunto tombado e reforça a proteção legal dos bens históricos.

Iphan já havia autorizado

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou, em novembro de 2025, a rerratificação do tombamento da “Avenida Koeler: Conjunto Urbano-Paisagístico”, que passará a se intitular “Conjunto Urbano-Paisagístico e Unidades Fabris de Petrópolis”. A decisão, segundo o instituto, amplia e atualiza o reconhecimento



Thiago Alvarez/CM

Entre os principais acréscimos estão as encostas cobertas por Mata Atlântica

dos valores históricos e paisagísticos da Cidade Imperial, resultando na expansão da área tombada e na adoção de uma abordagem mais abrangente de preservação.

Ainda segundo o órgão, os objetivos da proposta de rerratificação são propor uma nova delimitação da área tombada, a partir da caracterização de seus valores paisagísticos e atributos culturais, e estabelecer diretrizes e objetivos de preservação para o bem cultural. Com a revisão, a área protegida passa a ser maior do que a anterior, incorporando a antiga área de entorno e integrando novos elementos urbanos e naturais ao conjunto tombado.

“Na comparação entre a situação atual e a proposta apresentada, a ampliação da área tombada consolida a relevância do trecho que já estava sob a jurisdição do Iphan, deixando de ser mera área de entorno para se tornar o próprio valor preservado. Além disso, é impor-

ta destacar que nenhum imóvel tombado foi suprimido nesta revisão”, afirmou a conselheira relatora do processo, Tânia Nunes Galvão Verri, à época da aprovação.

Principais mudanças

Entre os principais acréscimos estão as encostas cobertas por Mata Atlântica, agora reconhecidas como parte essencial do patrimônio cultural de Petrópolis, e componentes do Complexo Fabril de Cascatinha, como a chaminé, os pavilhões fabris, a estação ferroviária, a usina e as pontes históricas.

A Vila Operária da antiga Fábrica de Tecidos Cometa também teve seu tombamento ampliado, passando a compreender, além da Rua Padre Feijó, a Rua Coronel Batista, enquanto as Casas Djanira, Ana Mayworn e da Rua Cardoso Fontes foram redefinidas, com limites de preservação mais precisos. Ficou definida ainda a permanência dos

trechos dos rios no tombamento.

Proposta visa extinguir o Iphan

Enquanto a proteção local é reforçada, um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional propõe extinguir o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A proposta, apresentada pelo deputado Capitão Augusto (PL/SP), prevê que as funções do órgão sejam absorvidas pelo Ministério da Cultura.

O texto mantém os tombamentos já realizados, mas altera a estrutura responsável pela gestão do patrimônio cultural no país. Com extensas áreas protegidas a nível federal, Petrópolis reúne história, paisagismo e excelência arquitetônica, constituindo um dos principais marcos do Patrimônio Cultural Brasileiro.

A ampliação do tombamento fortalece a proteção local, mas o

possível fim do Iphan levanta dúvidas sobre: Como serão conduzidos futuros processos; quem fará a fiscalização técnica; e como será a relação com municípios históricos. O projeto foi apresentado no dia 6 de março de 2026 e segue em análise pela Câmara dos Deputados.

Procurado, o deputado não respondeu aos nossos questionamentos até o fechamento desta edição.

O que diz o Iphan?

Em resposta ao Correio Petropolitano, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional destacou que a rerratificação “amplia e atualiza o reconhecimento dos valores históricos e paisagísticos da Cidade Imperial”, com a expansão da área tombada e uma abordagem mais abrangente de preservação.

O órgão explicou que a nova delimitação incorpora áreas que antes eram apenas entorno e passa a integrar elementos urbanos e naturais ao conjunto protegido. Segundo o instituto, a revisão estabelece diretrizes mais claras e adequa a proteção ao contexto atual da cidade.

Sobre a inclusão de encostas com Mata Atlântica, o Iphan afirmou que esses espaços passam a ser reconhecidos como parte essencial do patrimônio cultural. A medida, segundo o órgão, também contribui para a prevenção de riscos, como deslizamentos, além de reforçar a conservação ambiental. O instituto ressaltou ainda que a atualização adota uma visão integrada do território e da paisagem, deixando de tratar o patrimônio como elementos isolados.

Em relação ao Projeto de Lei nº 1007/2026, da Câmara dos Deputados, o Iphan informou que não irá se manifestar sobre o tema no momento.

COMTUR reforça protagonismo turístico de Teresópolis

Divulgação

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Teresópolis realizou, nesta quarta-feira (25), mais uma reunião ordinária, no Teatro Municipal, reforçando sua atuação como instância estratégica para o desenvolvimento do turismo no município.

Durante o encontro, a Secretaria Municipal de Turismo, Nina Benedito, apresentou um panorama das ações realizadas ao longo do mês de março, evidenciando o avanço das iniciativas de promoção do destino e o fortalecimento da governança participativa, com integração entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

Entre os principais destaques



Reunião destaca maratona de eventos, promoção do turismo rural e ações para qualificação

da reunião esteve o anúncio de uma agenda intensiva de promoção turística, com a participação

de Teresópolis em eventos de grande porte ao longo de quatro dias consecutivos. A proposta visa

ampliar a visibilidade do município e posicionar seus principais atrativos em novos mercados.

Nesse contexto, ganharam evidência iniciativas como o projeto Domingo na Roça, que vem se consolidando como experiência turística de sucesso, além das ações voltadas ao agroturismo, com valorização da produção local, e ao turismo rural, que integra vivências no campo, gastronomia e contato com a natureza.

A qualificação da cadeia turística também esteve em pauta, com a apresentação da proposta do GT Oficina, desenvolvida em parceria com o Sebrae. A iniciativa tem como foco a hospitalidade, buscando aprimorar o atendimento e elevar o padrão dos serviços oferecidos aos visitantes.